

tribuna da CIDADE

POR STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES



Secretaria da Educação do DF

Eleições nas escolas

Há uma corrente dentro do magistério do Distrito Federal que defende intransigentemente as eleições de diretores nas escolas públicas de primeiro e segundo graus, com o argumento de que a eleição é a prática democrática por excelência e que, através dela, funcionários das escolas e os corpos docente e discente se integram ao exercício maior da democracia que, afinal, repete-se na vida fora dos muros escolares, com as eleições periodicamente realizadas.

Não resta dúvida de que há lógica no raciocínio, mas o que se questiona é a natureza da função de diretor de escola pública. Em toda parte, onde ocorrem e onde não ocorrem eleições, a função de diretor é cargo de confiança do Governo, responsável perante a sociedade pelas políticas públicas de educação. A escola integra o conjunto das instituições do Poder Executivo, responsável pelo atendimento aos direitos civis, entre eles o direito à educação.

É compreensível a faina eleitoreira que toma conta, não somente do professorado, mas de várias categorias profissionais, depois da longa abstinência imposta pelo regime militar, após 1964. Entretanto, já estamos no segundo presidente da República civil, e no primeiro governador do Distrito Federal eleito legitimamente por considerável parcela da população, no primeiro escrutínio. É hora de amadurecermos o exercício da democracia e refletirmos com mais profundidade sobre o papel desta instituição que é a escola pública gratuita e universal — e obrigatória no ensino fundamental.

E nos primeiros passos dentro da escola que a criança aprende as primeiras noções de sociabilidade, seja em que nível for, já que até ali seu universo restringia-se à família. Na escola, a criança aprende a comunicar-se e a ouvir, a emitir opiniões e a respeitar opiniões alheias, a brigar e a fazer as pazes, a transigir e a fincar pé em suas tenras convicções.

Concomitantemente a esse aprendizado, há toda a aquisição de conhecimento, o ensino formal, a avaliação periódica do aluno, a obrigatoriedade de frequência às aulas, o respeito e a admiração que o professor merece e deve inspirar, quando muito não seja para que o processo flua com toda a naturalidade (e também para que os alunos entendam por que às vezes seus professores vão à greve).

A questão das eleições para diretor de escola vem passando em todo o Brasil por um reexame, na sua conceituação e na sua prática. Tem havido recuos em unidades da federação onde o desvirtuamento do processo chegou a se configurar quase como governo paralelo, levando governos eleitos a descartarem essa forma de recrutamento de administradores escolares, movidos pela necessidade de resguardar o cumprimento legítimo da responsabilidade de desenvolver as políticas públicas a eles delegadas, em eleição livre, pelo voto da maioria da população.

Assim, a implantação da gestão democrática nas escolas transcende a eleição de diretores para abranger a formação de posturas participativas de todos os segmentos da comunidade escolar e, necessariamente, desvinculadas de compromissos partidários que transformam a escola num palanque eleitoral e a desviam de seus objetivos maiores.

A escola deve ser um "locus" de aprendizagem democrática, de pluralismo de idéias, de respeito aos contrários, e de vivência de direitos e deveres.